

A formação de professores através das africanidades: práxis de uma educação antirracista

Teacher training through africanities: praxis of an anti-racist education

La formación del profesorado a través de las africanidades: praxis de una educación antirracista

Thiago Augusto Pestana da Costa^I

Marcelo Zanotello^{II}

Resumo

Este artigo faz parte de uma reflexão sobre a formação de professores por meio das africanidades e suas implicações para o âmbito da educação antirracista no país. Acreditamos que o uso das africanidades é fundamental para garantir uma educação inclusiva, igualitária e antirracista. Para tanto, foram escolhidos referenciais teóricos pretos que corroboram a nossa metodologia, que consiste na análise preta do discurso, ou seja, uma subversão dos discursos hegemônicos que favorece e evidencia as contribuições de pesquisas acadêmicas pretas. Ao fim, almejamos ter em breve professoras e professores engajados na práxis antirracista e que possam construir no campo da educação um espaço de igualdade, de representatividade e de empoderamento para as pessoas em formação escolar.

Palavras-chave: Africanidades. Formação de Professores. Educação Antirracista.

Abstract

This article is part of a reflection on teacher education through Africanities and its implications for the scope of anti-racist education in the country. We believe that the use of Africanities is fundamental to ensure an inclusive, egalitarian and anti-racist education. To this end, Black theoretical references were chosen that corroborate our methodology, which consists of Black Discourse Analysis, that is, a subversion of hegemonic discourses that favors and highlights the contributions of black academic research. In the end, we hope to soon have teachers engaged in anti-racist praxis and who can build, in the field of education, a space of equality, representativeness and empowerment for girls and boys in school education.

Keywords: Africanities. Teacher Training. Anti-racist Education.

Resumen

Este artículo es parte de una reflexión sobre la Formación Docente a través de las Africanidades y sus implicaciones para el alcance de la educación antirracista en el país. Creemos que el uso de las africanidades es fundamental para garantizar una educación inclusiva, igualitaria y antirracista.

^IUniversidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil. E-mail: thiago.pestana@ufabc.edu.br  <https://orcid.org/0000-0001-9458-7567>

^{II}Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil. E-mail: marcelo.zanotello@ufabc.edu.br  <https://orcid.org/0000-0003-2661-8637>

Para ello, se eligieron referentes teóricos negros que corroboran nuestra metodología, que consiste en el Análisis del Discurso Negro, es decir, una subversión de los discursos hegemónicos que favorece y destaca los aportes de la investigación académica negra. Al final, aspiramos a tener pronto docentes comprometidos con la praxis antirracista y que puedan construir un espacio de igualdad, representación y empoderamiento en el campo de la educación para niñas y niños en formación escolar.

Palabras clave: Africanidades. Formación de profesores. Educación antirracista.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação de professores é um exercício necessário e importante não só para discutir o que já foi feito, como também para conhecer outras possibilidades no processo de formação docente. A formação de professores é um tema fundamental para garantir uma educação inclusiva e igualitária. No entanto, historicamente, essa formação tem sido baseada em perspectivas e práticas dominantes eurocêntricas, muitas vezes excluindo vozes e conhecimentos de autoras e autores negros. Acreditamos que a solução para essa questão esteja na formação de professores por meio das africanidades, fundamental para garantir uma educação inclusiva, igualitária e antirracista. Nas palavras da mulher quilombola Selma dos Santos Dealdina (2020, p. 30):

O Brasil é um país que historicamente esconde ou camufla o racismo. Nos últimos anos as práticas racistas e seus autores (com nome, sobrenome e número de IP) têm sido cada vez mais expostos ao público. A denúncia constante do racismo e a visibilidade de práticas racistas são instrumentos de luta importantes; a visibilidade do racismo enquanto tema e denúncia é, contudo, ainda tímida para confrontar o racismo estrutural.

Corroboramos a análise de Dealdina sobre o racismo e reiteramos que sua narrativa serve como instrumento de denúncia, exigindo um posicionamento sobre como podemos, de alguma forma, frear as ações racistas na contemporaneidade, sobretudo no campo da educação. O racismo apresenta-se como uma Hidra de Lerna e possui uma força avassaladora que continuará atuando até que encontremos os caminhos assertivos para conter os avanços dessa ação degenerativa. Não é possível dar as costas a esse problema ou simplesmente dizer que isso não corresponde às incumbências da educação.

O presente artigo deriva da tese de doutorado do primeiro autor, intitulada *Pretagogiras: práticas e saberes ressignificados para uma educação antirracista* (Costa, 2024), cuja metodologia consiste na análise preta do discurso, ou seja, uma subversão dos discursos hegemônicos que favorece e evidencia as contribuições de pesquisas acadêmicas pretas. A ruptura com os silenciamentos produzidos pelos discursos eurocêntricos em relação às narrativas pretas é o principal fio condutor que une as africanidades à formação de professores em prol de uma educação antirracista emergencial e, tal como recomendou Milton Santos (2013, p. 21), que possamos ver ser escrita uma “nova história”.

A análise preta do discurso mostra-se, no bojo do desenvolvimento de pesquisa, uma metodologia da representatividade preta e combativa aos silenciamentos produzidos pelos discursos colonizadores que enclausuram as narrativas pretas nas masmorras do colonialismo acadêmico. Ademais, emerge como possibilidade de expansão, na medida em que coloca no cerne das discussões acadêmicas autoras e autores pretos que dão inúmeras contribuições, desde que se

saiba como fazer bom uso dessas discussões e se possa adequá-las ao campo de pesquisa que está inserida — no nosso caso, na formação de professores.

Discussões acadêmicas voltadas para a formação de professores precisam considerar o cenário histórico social e cultural da educação brasileira e isso implica dizer que tratar do racismo é fundamental para que futuras professoras e professores não só saibam lidar com isso em suas práticas no chão da escola, como também tenham condições epistemológicas para criar projetos de combate ao racismo na educação básica. A autora Carolina Maria de Jesus (2014) ensinou-nos que o dia a dia de uma pessoa preta e favelada precisa ser aproveitado ao máximo, ou seja, é necessário ter sabedoria para enxergar oportunidades onde menos se espera, pois tudo é uma questão de sobrevivência.

Nesta pesquisa, fizemos uso de um referencial teórico expressivamente preto. Com isso, para além de fazer circular os saberes pretos aqui utilizados, tivemos como desafio criar condições para que eles pudessem dialogar com a formação de professores por meio das africanidades em busca de uma alternativa combativa ao racismo, sobretudo no chão da escola, e que pudesse dar condições de capacitar as pessoas aspirantes a esse espaço de maneira consciente e combativa.

CONTRIBUIÇÕES DAS AFRICANIDADES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Entendemos as africanidades como possibilidades plurais para a formação humana. Evidente que não estão afastadas de uma construção ideológica, e isso se mostra presente, sobretudo, quando se tem uma necessidade de falar sobre as nossas trajetórias de vida e existência, sem que para isso tenhamos que consultar um livro de história escrito por mãos não negras. Africanidades são a essência de uma identidade aflorada pelo sentimento de pertença a uma comunidade preta, de respeito aos mais velhos e aos mais novos, pela resistência contra os discursos colonizadores; é a potência semântica preta do “EU” e a valorização da construção coletiva do “NÓS.”

Achille Mbembe (2018) diz que qualquer relato de terror na era moderna, necessariamente, precisa passar pelas atrocidades vistas no processo de escravidão. A perda de uma pessoa na condição de escravizada vai para além da dominação do corpo, ou seja, para que o processo de escravidão desse certo era preciso subtrair dessa pessoa toda e qualquer condição de mobilização, raciocínio, dignidade e moral. A força colonizadora ainda é um elemento pujante na contemporaneidade, haja vista as ações racistas, e, embora esse sistema escravagista dos corpos tenha sido sobrepujado, a tentativa de manutenção da dominação mental ainda se faz presente. Nesse sentido, a escrita preta sempre esteve do lado da resistência e da sobrevivência à hegemonia violenta eurorreferenciada da academia.

Uma garota preta com cabelo crespo na escola está passível de sofrer uma violência estética sem precedentes. A sociedade tende a impor normas de beleza e cria alguns modelos que tentam persuadir as pessoas sobre o que pode ser considerado belo ou não. Na mesma medida, um garoto preto parece ser sempre o primeiro suspeito de uma traquinagem, ou é o alvo de pré-julgamentos pelo simples fato de carregar consigo a cor da pele preta. Uma criança com saberes sobre as africanidades não permite que o racismo ou outras formas de violência possam atingi-la e levá-la ao abate. Quando fazemos uso das africanidades, esse tipo de realidade tende a cessar paulatinamente. Do contrário, não teríamos condições de avançar neste debate, e as possibilidades de trabalho com as africanidades estariam esgotadas e, mais uma vez, derrotadas pela mentalidade colonizadora e racista do presente.

O contato, entendimento e discussão sobre as africanidades potencializa o empoderamento dessas crianças, que por seu turno encontram representatividade onde jamais imaginariam ter. Quando contamos uma história de rainhas e reis africanos, falamos da beleza e diversidade do continente africano e da luta dos nossos ancestrais para que pudessem chegar ao presente.

Estamos valorizando as narrativas pretas ancestrais. Fazendo circular saberes que atravessaram a linha do tempo, mesmo contra a vontade dos discursos hegemônicos, explicita-se que tais saberes permanecem vivos e estão à espreita, buscando uma oportunidade de valorizar a cultura e existência dos povos pretos no Brasil.

Vale ressaltar que não estamos propondo um modelo a ser seguido, muito menos temos a pretensão de esgotar o debate sobre o significado de africanidades. Pelo contrário, estamos dispostos a contribuir para a valorização e difusão voltada para as práticas das africanidades em todo o campo da educação. Kabengele Munanga (2020) deu-nos sua contribuição para a ideia de africanidade no singular, pelo viés das perspectivas cultural e ideológica. A primeira diz sobre a africanidade como questão ligada ao ponto de vista biológico, que coincide com a construção da ideia de raça negra no continente africano; já a segunda tem um caráter político, motivo por que muitos africanos preferem fazer uso do termo pan-africanismo, entendendo que a cultura é algo particular a cada região do continente.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciá-lo do lugar de quem se beneficia dessa opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história da escravidão no Brasil seja contada de uma perspectiva preta, descolonizada, e não somente da perspectiva de quem venceu (Ribeiro, 2019).

Muito embora algumas pessoas digam que colonizadores europeus venceram, a verdade intrínseca ao fato, cuja testemunha é a própria história, diz exatamente o contrário. Uma vitória só pode ser obtida em algo se for conquistada de forma limpa, honesta, sem as manipulações físicas e simbólicas que os europeus não mediram esforços para colocar em prática. As africanidades, e percebam que as mencionamos aqui no plural, não tentam romantizar a história do povo preto da chamada “diáspora forçosa,” muito menos buscam sensibilizar alguém por conta dos quase 400 anos de escravidão nos trópicos. Vamos além. Entendemos as africanidades como essência do corpo e seu respectivo movimento, as palavras ditas e as não ditas, toda a força ancestral que faz morada no presente como um espaço de conquista coletiva. Africanidades são as materializações dos sonhos de liberdade, que o racismo não suporta e busca voltar a aprisionar recorrendo a um jeito de persuadir. É sobre essa essência ancestral que aspirantes a docentes precisam se debruçar, e é sobre essas questões pretas, essa reivindicação e reinvenção da existência das pessoas pretas, que a formação de professores precisa se apropriar com o devido respeito, sabendo do lugar que ocupa.

O uso das africanidades abre a possibilidade de uma nova articulação no ensino da educação básica, na qual comumente reina a dicotomia entre senhores de engenho e escravizados. Para além das narrativas de sofrimento e de trabalho forçado, as africanidades buscam ressaltar os protagonismos africanos e relacionar saberes ancestrais a uma nova realidade no chão da escola. O trabalho de Carlos Machado (2017) trata de compartilhar com o mundo o conhecimento e tecnologia de diversos países africanos. Não há justificativa alguma em deixar para trás o contato com todos esses conhecimentos africanos e afrodescendentes por qualquer área de formação que seja, pois o trabalho dialoga com a física, química, engenharia, filosofia, história, medicina, entre outros.

Reiteramos que as práticas voltadas para as africanidades têm critérios específicos, tais como a formação de professores com conhecimentos voltados para as questões étnico-raciais, ao combate à intolerância religiosa e ao racismo no chão da escola, assim como na promoção e difusão do referencial teórico preto, valorizando a produção acadêmica das pessoas pretas. Também ressaltamos a questão do empoderamento das pessoas pretas desde a mais tenra idade.

Quando o conceito de empoderamento é distanciado de seus sentidos originais, o resultado costuma ser a apropriação do discurso para venda de um empoderamento pasteurizado, de fachada, paternalista, mais interessado em manter o estado atual das coisas do que estimular o caldo efervescente de personalidades e demandas silenciadas por opressões que se cruzam (Berth, 2020, p. 154).

Isso implica dizer que o empoderamento precisa ser feito de maneira efetiva, carregado de elementos pretos que saem dos porões dos navios negreiros e das senzalas e transportam as narrativas para uma realidade em que a filosofia ubuntu¹ faz morada. Em que a materialização do empoderamento de meninas e meninos pode ser vista no penteado de cabelos, tal como nos apresentou Kiusam de Oliveira (2020; 2021); na roupa branca às sextas-feiras e no uso dos seus fios de conta sem que sofram intolerância, discriminação e racismo religioso. Conforme o linguista e babalorixá Sidnei Barreto Nogueira (2020, p. 41-42):

Todavia, ao contrário do que se pensa sobre o que se convencionou chamar de preconceito, isso não nasce de modo natural. Ninguém é naturalmente preconceituoso. Toda forma de preconceito emerge de uma postura social, histórica e cultural que pretende, a um só tempo, segregar para dominar e, proporcionalmente, determinar e manter um padrão, marcadores de prestígio e poder. É por isso que atualmente há um uso estratégico de um marcador universal identificado na sociedade como sinônimo de amor, idoneidade, honestidade, humanidade, caridade, equilíbrio, humildade. Trata-se de um marcador religioso que também exclui as outras religiões, pois esse traço semântico cultural, no inconsciente coletivo das pessoas, diz respeito apenas às religiões que se servem da bíblia e de sua interpretação etnocêntrica — feita por padres, bispos, pastores e seus interesses pessoais — como perfeita e ideal para conduzir a vida de todos os seres humanos. A ideia central desse projeto de poder volta-se para o paraíso cristão e, nesse sentido, tudo o que estiver fora desse campo semântico deve ser estigmatizado.

Com base no acima exposto, é revelada a trama da imposição e da forte influência das mentes colonizadas para com as relações étnico-raciais. O que o professor Sidnei Nogueira diz é que o preconceito, assim como o racismo, não é uma condição intrínseca ao DNA de uma pessoa ou a qualquer outro fator de natureza biológica. Isso lamentavelmente é ensinado pelas pessoas como forma de garantir a hegemonia nas relações sociais, culturais, econômicas e até religiosas. O empoderamento é importante, sobretudo para refutar essas verdades absolutas ou a imposição da verdade de alguns para outros. Não podemos fingir que nada está acontecendo, pois quem se isenta se soma às práticas excludentes, e as africanidades estão aí para evitar que isso aconteça, para instruir quem nem sequer sabe como lutar contra o racismo no campo da educação; é uma poderosa articulação epistemológica, pronta para ser colocada em prática por quem deseja mudança neste nefasto cenário.

A inclusão de referenciais teóricos pretos na formação de professores faz parte das africanidades e corrobora-as. É fundamental para garantir a representatividade no currículo, proporcionando aos estudantes uma visão mais completa e precisa da realidade social e cultural. Ao aprender com autores negros, os professores podem ampliar sua compreensão das experiências e histórias da população preta, promovendo o empoderamento e fortalecendo a identidade de estudantes pretos.

1 Na filosofia africana, ubuntu significa, de modo geral, “eu sou porque nós somos” e corresponde à importância da coletividade em detrimento da individualidade, do egoísmo e da falta de cuidado com os outros.

COMO FAZER USO DO REFERENCIAL TEÓRICO PRETO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

O primeiro passo é reconhecer que existe uma ausência, se não total, de vulto considerável de autoras e autores pretos no campo acadêmico, sobretudo no que tange à formação de professores. Essa ausência é o reflexo de uma força eurocentricamente avassaladora, que nos leva a pensar nos motivos pelos quais o referencial teórico preto não encontra o merecido espaço em muitas das universidades brasileiras. Há um silenciamento ensurdecedor que se impõe às narrativas pretas. Isso porque os eurocentrismos “permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como uma norma” (Kilomba, 2019, p. 51-52). Esse tipo de norma que passa muitas vezes despercebida em muitas universidades é o que merece atenção redobrada, pois a falta de percepção, mesmo que sem intenção, tende a reforçar os silenciamentos das produções acadêmicas pretas.

Nesse sentido, separamos algumas discussões teóricas pretas no intuito de fazer com que dialoguem com a formação de professores e possam sair da condição de silenciamento velado ou intencional no campo acadêmico. Antes de tudo, é preciso dizer que as discussões teóricas produzidas por pessoas pretas não podem ser utilizadas como mera inclusão de referencial teórico preto simplesmente para dizer que foram utilizadas na formação de professores. Tomar conhecimento acerca da produção acadêmica preta é um compromisso antirracista, pois é a manifestação da resistência a séculos de opressão colonial e que hoje se faz presente buscando o espaço que aos pretos foi renegado e que é ocupado pelos ditos cânones do campo acadêmico.

É preciso entender que as contribuições teóricas pretas se inserem na formação de professores como uma articulação contra-hegemônica e tem como objetivo explicitar e dar contribuições para esse campo de atuação e formação acadêmica. “A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim” (hooks, 2017, p. 86)². Isso significa que é preciso repensar o uso de referenciais teóricos que não têm condições de curar, muito menos libertar futuros docentes das amarras eurocêntricas. A produção teórica preta é uma forma de resistência aos discursos colonizadores eurocêntricos e excludentes e possui, por conta disso, papel fundamental na formação de professores, pois age de forma incisiva como antídoto contra os chamados discursos eurorreferenciados.

Importante assinalar que o referencial teórico preto precisa ser utilizado por todas as etnias. Desse modo, não há justificativa que fomente o desconhecimento desse referencial, sobretudo por pessoas não pretas. O incômodo de pessoas não pretas, gerado por não ter lugar de fala, pode tranquilamente ser amortizado e respaldado quando futuros docentes e docentes em exercício fizerem uso da lei n. 11.645/08, que substitui a lei n. 10.639/03, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação brasileira. O respaldo jurídico para tratativas de ensino sobre a cultura africana contribui até mesmo para que não sejam tecidas críticas relacionadas ao lugar de luta contra o racismo no campo da educação.

Contudo, tendo em vista o racismo exacerbado presenciado no campo da educação³, para não mencionar outros espaços de violência, é preciso dizer que as pessoas pretas sabem bem como funciona o mecanismo racista na sociedade brasileira. O que é preciso fazer é explicitar essas formas

2 O uso da letra minúscula em nome próprio bell hooks segue um pedido da autora que quis ser lembrada sobre suas discussões teóricas sem que para isso seu nome fosse destacado. Em respeito à autora, manteremos sua vontade.

3 Inúmeras são as notícias e denúncias, nos portais digitais, sobre o racismo e sua atuação na educação básica. Atemo-nos aqui a um compilado de matérias no Portal Geledés, que pode ser consultado em: <https://www.geledes.org.br/tag/racismo-na-escola/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

de racismo para que as pessoas não pretas possam compreender a dinâmica nefasta dessas ações e, por conseguinte, estar preparadas para combatê-lo com respaldo na lei federal. O entendimento dessas questões demanda formação e segue o proposto pela filósofa preta Sueli Carneiro quando diz: “o que devemos abominar é um processo histórico que transformou seres humanos em mercadorias e instrumentos do trabalho. E, depois de explorá-los por séculos, destinou-os à marginalização social” (Carneiro, 2011, p. 102). Passando brevemente por uma reflexão histórica sintetizada, é de suma importância que possamos repensar como podemos formar professoras e professores que não reproduzam em suas aulas a dicotomia entre senhor de engenho, de um lado, e escravizados, do outro, ou falar das pessoas africanas do período colonial apenas como instrumento de uso e descarte do projeto colonizador lusitano nos trópicos. A história e cultura africanas possuem elementos que precisam ser mais bem estudados e discutidos no intuito de alimentar a representatividade e o protagonismo pretos na formação de professores.

Embora tenhamos alguns grupos de pesquisas debruçados nessa discussão, publicações dessa natureza ainda são escassas⁴ no campo da formação de professores, o que nos permite refletir sobre de que forma podemos fazer circular esses saberes africanos na formação de professores e de que maneira eles podem ter autonomia na escolha de textos que dialoguem com a realidade na qual estão inseridos. É justamente isso a que Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 26) chama a atenção: “[o] perigo de uma história única,” ou seja, de uma compreensão colonialista sobre o continente africano e uma visão extremamente etnocêntrica, estereotipada e desavisada sobre a realidade social, cultural e histórica das pessoas dos países africanos.

Conhecer os referenciais teóricos pretos possibilita a democratização do conhecimento e evidencia a trajetória de pesquisa preta como fuga ao *modus operandi* enraizado no campo acadêmico. Nas palavras da professora preta norte-americana Patricia Hill Collins:

Nenhum acadêmico ou acadêmica está isento de ideias baseadas em culturas específicas, tampouco em sua localização no interior de opressões intersectadas de raça, gênero, classe, sexualidade e nação. Nos Estados Unidos, isso significa que um acadêmico que produza conhecimento normalmente precisará convencer uma comunidade acadêmica controlada por uma elite branca, declaradamente heterossexual e portadora de uma cidadania americana, de que sua afirmação é pertinente. Em segundo lugar, cada comunidade de especialistas precisa manter a credibilidade que lhe é conferida pelo grupo social mais amplo no qual está situada e do qual extrai seu conhecimento básico. Isso significa que comunidades acadêmicas que questionam crenças predominantes na cultura estadunidense mais ampla receberão menos crédito do que aquelas que apoiam ideias já muito difundidas (Collins, 2020, p. 143).

Ao que parece, a realidade do campo acadêmico brasileiro é muito semelhante à do estadunidense. O efetivo contato com referenciais teóricos pretos vai na contramão do modelo já posto pela academia, ou seja, é a fuga do uso de autoras e autores com certo prestígio e nome. Consideramos as contribuições feitas por essas pessoas, no entanto é preciso diversificar o repertório teórico e tomar nota de discussões pretas que possam também dar as suas contribuições para a formação dos professores. Essa inversão da lógica posta pela academia é um exercício que requer coragem e, sobretudo, consciência com rigor científico para validar as produções pretas de dentro e fora do Brasil.

4 Isso não significa que inexistam. Destacamos a importância dos grupos de pesquisa, projetos de ensino, pesquisa e extensão de universidades públicas e privadas, os chamados Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e os coletivos espalhados pelo país, e os portais digitais como o Geledés são exemplos disso.

Parece-nos que o campo acadêmico tenta, de alguma forma, manter sua estrutura dentro de uma bolha que seleciona o que é ou não passível de ser considerado como conhecimento e ciência. Pessoas pretas que ingressam nas universidades são deslocadas para um espaço que não conhecem, leem os outros e não os seus. Quando não, são sorrateiramente persuadidos a pensar como a esmagadora etnia e passam a se ver como tal. Sobre isso Frantz Fanon (2008) já nos alertou, e seguimos com esse exemplo para que não percamos nossa essência ancestral, pois não podemos pensar que os referenciais teóricos pretos não precisam de uma máscara branca para que seus conhecimentos sejam legitimados. Uma vez perdida essa essência ancestral, mais próximo ao colonizador à pessoa acredita que está ou pensa estar.

Já dizia Achille Mbembe (2014) que o ser branco é uma ideia forjada pelo imaginário europeu, que não mediu esforços para se tornar natural e universal, um modelo responsável por consolidar sua hegemonia, manter seus privilégios e gerar desigualdade e submissão aos povos estrangeiros à sua natureza. Entender esse processo na mentalidade branca europeia permite-nos entender melhor a necessidade de referenciais teóricos pretos na formação de professores, permitindo-nos enxergar as formas de articulação que os referenciais brancos traçaram para chegar aonde as pessoas pretas não chegam. Reflete sobre isso o que Abdias do Nascimento (2016, p. 113) problematizou ao analisar o ensino da educação básica e universitária do seu tempo, percebendo que as referências africanas ou negras são vítimas da “discriminação cultural” e do apagamento de suas identidades.

Talvez não tivéssemos notado ainda a importância de referências pretas para a formação de professores. Todas as questões discutidas e elencadas aqui atravessam com violência a existência de corpos pretos silenciados. Ainda que consiga vencer “todos os obstáculos que acompanham a pele não branca e ingressando na pós-graduação, o estudante encontrará outro desafio: o epistemicídio, isto é, o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (Ribeiro, 2019, p. 61). Mesmo que o termo usado pela filósofa seja de um lusitano, a problematização que nos interessa aqui é a feita por uma mulher preta, ou seja, a de que, na lógica acadêmica, as pessoas de pele não preta são as que costumam dar as cartas e dizer o que é ou não considerado como conhecimento.

Na esteira da formação de professores, o conhecimento histórico faz-se essencial para qualquer área de conhecimento. Sem a problematização e esse conhecimento, as tentativas de uma formação de professores tende a reproduzir a lógica dominante eurocêntrica e excludente — mantém seu *status quo*. Vozes pretas estão à espera de ouvidos atentos e mentes abertas que possam fazer com que sejam conhecidas e discutidas, absorvidas e ventiladas no campo acadêmico. É um pouco daquilo que dizia a historiadora: “Não será possível que tenhamos características próprias, não só em termos ‘culturais,’ sociais, mas em termos humanos? Individuais? Creio que sim. Eu sou preta, penso e sinto assim” (Nascimento, 2021, p. 40). O referencial teórico preto não pode ser mais do que já é, sua potencialidade epistemológica precisa ser conhecida e incentivada para que possamos então ter à nossa disposição cada vez mais trabalhos pretos, sobretudo voltados para a formação de professores.

Vale ressaltar que a inclusão de autoras e autores negros na formação de professores permite que os futuros educadores tenham contato com diferentes perspectivas e experiências. Isso é especialmente importante para estudantes pretos, que podem se identificar com esses autores e se sentir representados no currículo e no ambiente escolar. Para outras etnias, é uma oportunidade de conhecerem a história dos pretos no Brasil e incentivá-los a combater o racismo nos mais diversos setores da sociedade brasileira.

A presença do referencial teórico preto na formação de professores ajuda a desconstruir estereótipos, intolerâncias e preconceitos enraizados na sociedade. Ao estudar obras que trazem narrativas negras para além das questões como racismo, discriminação e desigualdade, poderão

conhecer mais sobre os saberes pretos que podem ser utilizados nos mais variados campos, sobretudo da educação. Com esse repertório teórico preto, as futuras professoras e professores poderão ampliar sua compreensão e contribuir para uma educação antirracista.

Uma formação de professores⁵ com discussões teóricas pretas denuncia privilégios que passam de forma natural no campo acadêmico. Relembra-nos a professora:

alunos brancos reagem com uma incredulidade ingênua quando pessoas negras avaliam criticamente pessoas brancas de um ponto de vista a partir do qual “ser branco” é um símbolo de privilégio. Sua surpresa pelas pessoas negras observarem as pessoas brancas com um olhar etnográfico crítico é, em si, uma expressão de racismo (hooks, 2019, p. 294).

Esse posicionamento acadêmico racista é que precisa ser sobrepujado urgentemente. A invalidação dos saberes de pessoas pretas, o silenciamento e, sobretudo, a falta de consciência da existência de referenciais teóricos pretos mantêm o campo acadêmico dentro de uma égide de privilegiados. A formação de professores com engajamento antirracista é uma das inúmeras possibilidades para a construção de um espaço acadêmico diversificado, plural e democrático. Sem os saberes produzidos pela população preta, a academia continuará perpetuando a lógica do racismo epistemológico. É preciso, de uma vez por todas, compreender que a essência do colonialismo ainda se faz presente em todas as sociedades e que, segundo Aimé Césaire (2020), não são os europeus os civilizados da história.

POR UMA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES ANTIRRACISTAS

A educação antirracista é um conceito que busca combater o racismo e promover a igualdade racial em todos os setores da sociedade, especialmente no campo da educação. O racismo é uma realidade que persiste em nossa sociedade, mesmo após tantos avanços sociais, e uma tal educação faz-se necessária para romper com esse ciclo herdado dos tempos de colonização e abolição sem projeto no Brasil.

Uma educação antirracista baseia-se na ideia de que todos os indivíduos devem ser tratados com igualdade, independentemente da cor da pele. Ela propõe-se a desconstruir estereótipos, preconceitos, intolerâncias e discriminações raciais, ensinando desde cedo às crianças sobre a diversidade e a importância de respeitar e valorizar as diferenças. Pessoas não pretas são historicamente privilegiadas e precisam estar conscientes dessa condição para agir de forma diferente, mostrando engajamento e dando contribuições na luta e formação antirracista.

Acreditamos que, para promover uma educação antirracista, seja fundamental rever a formação de professores. É preciso incluir a história dos povos negros, indígenas e de outras etnias marginalizadas de forma abrangente e não apenas como uma nota de rodapé. Precisamos destacar a contribuição desses grupos para a formação da sociedade e a luta pela igualdade racial ao longo dos anos. Do contrário, a permanência do racismo velado ou explícito continuará atuante em todos os setores da sociedade brasileira. A universidade tem essa responsabilidade e precisa fazer muito mais para conter os avanços dessas violências.

Além disso, uma formação de professores antirracistas tende a formar pessoas capacitadas para lidar com a diversidade étnico-racial em sala de aula. Professoras e professores devem receber

⁵ Isso também importa, mas não é tudo. Há um silenciamento avassalador em relação aos saberes pretos que poderiam estar servindo como conteúdo de estudos e discussões, sobretudo no que tange à formação de professores. Mesmo nas universidades que considerem em suas ementas esses referenciais, a circulação desses saberes só poderá ser vislumbrada em longo prazo.

formação adequada para abordar de forma consciente temas como o preconceito racial, a valorização da cultura africana e afro-brasileira, a desconstrução de estereótipos com vistas ao efetivo combate ao racismo durante o ano letivo, e não apenas no 20 de novembro. É preciso enfrentar o dragão do racismo tendo como armas a educação e a formação de professores antirracistas. Segundo Lélia Gonzalez (2020), o “privilegio racial” é uma espécie de besta que busca a dominação do corpo, mente e cultura do povo preto, extraindo destes qualquer possibilidade de reação.

Em função disso, a educação e a formação de professores antirracistas garante que seja construído na escola um espaço seguro para as e os estudantes pretos e de outras etnias, para que se sintam representados, acolhidos e respeitados. Para isso, é necessário promover a diversidade nos materiais didáticos, nas atividades escolares e nas equipes pedagógicas. Dessa forma, os alunos poderão se identificar com o ambiente escolar e se sentir valorizados em sua cultura e identidade. Ninguém encontra representatividade em corpos acorrentados ou espancados por um chicote. Saber disso faz parte de uma formação que fez parte de um processo histórico, porém não é só disso que se trata.

Ademais, a educação antirracista deve estar presente em todas as esferas da sociedade. É fundamental fomentar políticas públicas que incentivem a valorização da diversidade racial e garantam a igualdade de oportunidades para todos. Por isso é necessário combater o presente em instituições e práticas cotidianas, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua cor de pele. A pessoa preta deve se sentir parte de uma escola, e um olhar mais próximo dessa realidade convida-nos a pensar no que é possível fazer para que a permanência dessa pessoa na escola possa dar também conhecimento para enfrentar os desafios da vida.

A educação e a formação de professores antirracistas não é apenas uma questão de justiça social, mas também de construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ela é fundamental para combater as desigualdades históricas e promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Somente por meio da educação antirracista e da formação de professores antirracistas poderemos romper com os padrões racistas enraizados na sociedade e construir um mundo melhor para todas as pessoas.

Coaduna-se a isso a discussão de João Paraskeva (2019, p. 100) sobre aquilo que chamou de “educação e currículo epistemicidas,” ou seja, a articulação exterminadora da extrema direita global que pensa educação e currículos — e não só — como ambientes férteis para a manutenção colonialista. Decorre disso a necessidade urgente de descolonizar as epistemologias eurocêntricas. Em outra pesquisa, Paraskeva (2016, p. 124) afirma que: “Necesitamos de una teoría y práctica del currículo que reecucione sus propias territorialidades, profundamente consciente de que una nueva orden y contra-orden debe ser contemplado desde el nuevo ámbito de las relaciones de poder,” e isso nos permite entender a encruzilhada da educação como território mutável, itinerante e devidamente qualificado para subverter as nefastas epistemologias eurocêntricas.

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Neste campo, discutiremos algumas práticas de educação antirracista que podem ser realizadas nas salas de aula, com o objetivo de criar um ambiente inclusivo, respeitoso e igualitário para todas e todos os estudantes. Uma primeira prática fundamental é reconhecer e valorizar a diversidade presente na sala de aula. É importante que professoras e professores estejam atentos para promover uma representatividade adequada nos materiais didáticos, escolhendo livros, filmes e outros recursos que abarquem a variedade de experiências e vivências das diferentes etnias. Além disso, é importante incentivar o compartilhamento de histórias, culturas e tradições entre os alunos, criando um espaço de aprendizado mútuo.

O livro *Amoras*, do rapper Emicida (2018), aproxima discentes de uma realidade em que estão inseridos; ou seja, a música age de forma diferente quando eles conhecem a verve literária do cantor, que salienta o protagonismo preto por meio do diálogo dele com a filha. Martin Luther King Jr., Muhammad Ali, Zumbi dos Palmares compõem o cenário de representatividade preta após a abertura do livro, que trata da criação do mundo pelas mãos de Obatalá. Cada pessoa preta aqui apresentada pode contribuir para inúmeras práticas com representatividade preta. Murais, fotografias, cartazes, colagens, biografias, seminários, entre outros, podem ser feitos para que mais pessoas conheçam a trajetória de vida dessas pessoas.

Em *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas*, Emicida (2020) fala sobre a coragem para enfrentar a escuridão e ensina que o medo existe, faz parte da realidade e da imaginação de sua pequena e dos adultos, porém pode ser superado e ninguém pode ter medo de ser feliz. Com sensibilidade e criatividade, inúmeras propostas pedagógicas podem ser desenvolvidas em sala de aula tendo como referência as obras de Emicida. Uma contação de história à luz de uma lanterna, diálogos sobre o medo e como superá-lo, produção de debates sobre a superação pelos discentes de algo de que tinham medo e formas de, coletivamente, pensarem em ajudar seus colegas.

Valdete Tristão (2018), com sua obra *Conhecendo os orixás: de Exu a Oxalá*, apresenta-nos a biografia dos Orixás de forma lúdica, com ilustrações de Caco Bressane leves e coloridas. No livro, a autora ensina-nos sobre as cores, comidas, dias da semana e a representação na natureza de cada Orixá. Como um bônus, ela ainda traz breves itans, ou seja, narrativas que tratam da história dos orixás com muito zelo e carinho. Mesmo que pareça um livro para crianças em fase de alfabetização, o trabalho pode ser utilizado sem moderação em todas as faixas etárias. O contato com esse referencial teórico preto rompe com o racismo religioso e trabalha a cultura preta e a crença nos orixás sem dogmas.

Já Kiusam de Oliveira (2021), no livro *Com qual penteado eu vou?*, traz a narrativa de crianças pretas, cada qual com um estilo e personalidade, que oferecem de presente, por ocasião do aniversário de seu bisavô, as virtudes que possuem. Cada página traz uma representatividade marcante para as pessoas pretas. O fato de se comemorar 100 anos do bisavô preto mostra, por um lado, o respeito, a harmonia e a reunião de toda a família para comemorar um dia mais que especial, sobretudo porque, considerando-se a existência do racismo em nossa sociedade, chega a ser uma raridade alguém da pele preta chegar aos 100 anos.

Um pouco antes, Kiusam de Oliveira (2020) lança *O black power de Akin*, dando representatividade preta ao garoto que ostenta seu cabelo crespo ciente do que ele representa na sua história. O menino Akin olha-se no espelho e vê o príncipe que é. Quando balança seus cabelos, Akin vê personalidades como o supracitado Emicida, o escritor Machado de Assis, a escritora Carolina Maria de Jesus, a saudosa sambista e Mãe de Santo Tia Ciata, o ativista do movimento negro e político escritor Abdias do Nascimento, entre outras pessoas que surgem pairando no ar, empoderando-o e dando-lhe orgulho de ser quem é.

Se analisarmos com atenção, as obras supracitadas buscam em alguma medida valorizar as narrativas pretas e inserem-se como uma ação natural para qualquer pessoa, porém com um objetivo bem estabelecido: todas as narrativas estão interligadas pela pele preta. Isso significa que as pessoas aqui mencionadas sentiram, na experiência de suas vidas, a necessidade de criar histórias que pudessem romper com a lógica da literatura eurorreferenciada ou norte-americana. O que se viu foi uma produção legitimamente afro-brasileira carregada de sentimentos e representatividade, seriedade e compromisso com as vidas pretas. O uso dessas obras não esgota as possibilidades de inclusão de outras; pelo contrário, aqui se viu uma partícula daquilo que é possível utilizar para construir práticas de educação antirracista.

Precisamos promover debates sobre o racismo e a discriminação racial no chão da escola. Professoras e professores devem estimular o diálogo aberto, proporcionando um ambiente seguro onde os estudantes possam expressar suas dúvidas, opiniões e experiências sobre o tema. É importante também trazer à tona exemplos concretos de racismo presentes na sociedade, promovendo a conscientização sobre as diferentes formas de discriminação e como elas afetam seus colegas de sala e da escola.

A desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais é um passo essencial na educação antirracista. Professoras e professores devem auxiliar os estudantes a analisar criticamente as representações midiáticas, culturais e históricas que promovem estereótipos raciais e perpetuam preconceitos. Chega de ênfase naquilo que não traz representatividade para a população preta. É importante que as pessoas em formação possam entender a construção social desses estereótipos e a desumanização que eles implicam, para que possam se tornar agentes ativos na luta contra o racismo, seja na escola, seja no seu bairro e até no âmbito dos laços familiares.

Promover a autorrepresentação é outra prática importante na educação antirracista. É fundamental que as e os estudantes tenham a oportunidade de sentir-se representados em suas experiências e identidades. Que possam conhecer suas histórias sem medo ou culpa, pois esse sentimento de medo é produzido e alimentado pelo racismo. Isso pode ser feito por meio de projetos interdisciplinares e coletivos que incentivem a pesquisa e apresentação de personalidades e eventos históricos da cultura africana e afro-brasileira, bem como a participação ativa de estudantes na construção do currículo, onde eles possam compartilhar suas próprias vivências e experiências de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta proposta de trabalho buscou discutir a formação de professores da perspectiva das africanidades e seu potencial combativo ao racismo, sobretudo no chão da escola. Já não é sem tempo que a academia se posicione diante deste desastroso cenário e busque caminhos que possam ao menos reduzir o avanço do racismo na sociedade brasileira. Tivemos o cuidado em não generalizar, muito menos agir de forma etnocêntrica. Em vez disso, a proposta foi repensar a formação de professores para além dos usuais e tradicionais modelos de formação acadêmica.

Destarte, entendemos que a dinâmica das africanidades como amálgama de uma educação antirracista na formação de professores carece de maior contato e experiências com autoras e autores pretos que há anos têm trabalhado duramente para conquistar seu espaço, seja no campo acadêmico, seja no mercado de trabalho, ou até mesmo como sujeitos protagonistas de suas próprias histórias na sociedade brasileira. Nossa proposta não busca “lacrar”, muito menos esgotar outras possibilidades e contribuições. No entanto, para este momento, a seleção de uma expressiva massa intelectual preta aqui utilizada buscou trilhar um caminho de possibilidades e no intuito de fazer entender e conhecer que esses referenciais teóricos pretos existem e resistem, mesmo que lamentavelmente uma vultosa corrente racista continue agindo na tentativa de continuar a silenciar as vozes pretas.

Que possamos ter, em breve, professoras e professores engajados na práxis antirracista e que possam construir no campo da educação um espaço de igualdade, de representatividade e de empoderamento para as meninas e meninos em formação escolar. A escola precisa ser um espaço plural, democrático e livre de violência. Pessoas docentes conscientes sobre essas questões étnico-raciais e engajadas na luta antirracista têm o poder de dar múltiplas e necessárias contribuições para a paulatina erradicação do racismo na estrutura educacional brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasil, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasil, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 139-170.
- COSTA, Thiago Augusto Pestana da. **Pretagogias: práticas e saberes ressignificados para uma educação antirracista**. 2024. 427f. Tese (Doutorado) – Programa de Pósgraduação em Ensino e História das Ciências e da Matemática, Universidade Federal do ABC, 2024. Disponível em: http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=127046. Acesso em: 12 fev. 2025.
- DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas: território de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- EMICIDA. **Amoras**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018.
- EMICIDA. **E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2020.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MACHADO, Carlos E. D. **Ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente**. BOOKESS, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombolas e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOGUEIRA, Sidney. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

OLIVEIRA, Kiusam de. **O black power de Akin**. São Paulo: Cultura, 2020.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Com qual penteado eu vou?** São Paulo: Melhoramentos, 2021.

PARASKEVA, João M. Desterritorializar: hacia a una teoría curricular itinerante. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, v. 30, n. 1, abr. 2016.

PARASKEVA, João M. O que aconteceu com a teoria crítica do currículo? A necessidade de ir além da raiva neoliberal, sem evitá-la. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 24, n. 41, p. 95-134, jan./abr. 2019. <https://doi.org/10.26694/les.v0i41.8744>

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

TRISTÃO, Valdete. **Conhecendo os orixás: de Exu a Oxalá**. São Paulo: Arole Cultural, 2018.

Como citar este artigo: COSTA, Thiago Augusto Pestana da; ZANOTELLO, Marcelo. A formação de professores através das africanidades: práxis de uma educação antirracista. **Revista Brasileira de Educação**, v. 31, e310044, 2026. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782026310044>

Conflitos de interesse: Os autores declaram que não possuem nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Contribuições dos autores: Escrita – Primeira Redação, Metodologia, Análise Formal, Curadoria de Dados, Conceituação, Investigação: Costa, T. A. P. Escrita – Revisão e Edição: Costa, T. A. P.; Zanotelo, M.

Declaração de disponibilidade de dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

SOBRE OS AUTORES

THIAGO AUGUSTO PESTANA DA COSTA é doutor em Ensino e História das Ciências e da Matemática pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

MARCELO ZANOTELLO é doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Recebido em 9 de outubro de 2023

Revisado em 14 de fevereiro de 2025

Aprovado em 11 de março de 2025

Editor/a responsável: Maria Alfredo Moreira  <https://orcid.org/0000-0002-0699-1197>

